



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**Jornal da Cidade - 08/10/2015**  
ACP

## MP pede votação do Plano de Educação

O Ministério Público Federal (MPF/SE) e o Ministério Público Estadual (MP-SE) ajuizaram ação civil pública pedindo que Justiça obrigue o Poder Executivo a enviar, no prazo de dez dias, novo projeto de lei do Plano Estadual de Educação à Assembleia Legislativa (Alese). O novo texto deve conter os principais pontos elaborados pelo Fórum Estadual de Educação. A ação foi protocolada na última sexta-feira, 2 de outubro.

Também é pedido que a Justiça determine à União que envie equipe especializada ao Estado de Sergipe para acompanhar, orientar e emitir parecer técnico sobre o caso, inclusive a respeito do quadro verificado nas mais de 150 escolas visitadas pelos Ministérios Públicos nas municipalidades sergipanas.

Na ação, o MPF/SE e o MP-SE explicam que o Estado não pode fazer o que fez a respeito do PEE, isto é, realizar cortes em pontos essenciais, via Conselho Estadual de Educação, sem levar em consideração o que foi debatido no âmbito das seis Conferências Intermunicipais de Educação. Durante as conferências ocorreram 60 oficinas de trabalho para discussão do PEE, com a participação de diversos segmentos da sociedade e do meio educacional de Sergipe.

“A atitude do Poder Executivo acabou alijando a participação social da construção do PEE, causando um total desalinhamento com o

Plano Nacional de Educação (PNE) e comprometendo o êxito das metas e estratégias em Sergipe e no País”, afirma o procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach.

A ação proposta pelos Ministérios Públicos ressalta que o Estado de Sergipe tentou passar a impressão, não apenas aos parlamentares estaduais, mas a todos aqueles que acessarem o PEE, que o texto decorreu de uma construção coletiva ampla e democrática, o que, segundo a ação, não corresponde à realidade. Afinal, a mensagem do projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa faz parecer que seu conteúdo foi elaborado pelo Fórum Estadual de Educação, quando na verdade não foi.

### Estratégias para educação de qualidade

Para o MPF/SE e o MP-SE, há estratégias para viabilizar uma educação de qualidade que devem ser apreciadas o quanto antes pela Assembleia Legislativa. Entre elas, na ação são destacados: assegurar que o Estado de Sergipe cumpra o seu dever constitucional de atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio; viabilizar os mecanismos de valorização da carreira do magistério; garantir o aporte de recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas de educação previstas no PEE, entre outras.